

## Lula aposta as fichas na China



Por **MÁRIO MAESTRI\***

*A oposição antiamericana do atual governo, apesar de progressista, não constitui movimento anti-imperialista, ao contrário do proposto por analistas apressados*

Antes mesmo da posse, o governo Lula da Silva sinalizou sua ampla adesão ao imperialismo estadunidense. No período que medeia a visita do ex-sindicalista aos EUA, em 9-11 de fevereiro de 2023, e a posterior viagem à China, em 12 de abril, essa orientação conheceu uma reversão radical. Já foi proposto que o movimento de gangorra empreendido pela política externa da quinta administração petista constitua esforço de equilíbrio entre as duas grandes forças mundiais em confronto, os EUA e a China. Esse abandono do par, no meio da valsa, não parece isso.

Tempos conturbados esperam também por esse lado a administração Lula-Alckmin. A intensidade do crescente confronto entre as duas superpotências não permite que os EUA assistam a grande nação sul-americana, encravada em região que consideram e tratam como seu quintal, passe a apostar no seu oponente, no meio do *match*, influenciando em seu desfavor as expectativas gerais?

Ainda mais que tal movimento se apresenta, igualmente, como uma quase traição, já que, no passado *poker* presidencial, de 2022, foram os EUA que bancaram o candidato petista e garantiram que os militares bolsonaristas não virassem a mesa e impedissem que o vencedor descontasse suas fichas.

## Um apoio imprescindível

Desde 2016, e nos dois governos que se seguiram, o PT desencorajou e desorganizou a oposição popular nas ruas ao golpismo, propondo que tudo seria resolvido nas urnas. Com o seu colaboracionismo, contava voltar ao governo federal e recuperar ao menos parte da força eleitoral perdida, apoiado na vontade soberana do imperialismo e do grande capital, aos quais servira nas administrações anteriores. Estratégia que, temos que reconhecer, foi vitoriosa, ainda que oposta aos interesses dos trabalhadores, dos assalariados, da população e da nação brasileira.

Ao longo da campanha eleitoral de 2022, Lula não acenou com nada de substancial às classes populares. Ao contrário, deixou claro que não seria feito o esperado e reivindicado “revogação” das grandes medidas golpistas – ataques à Previdência, à Legislação Trabalhista, aos bens públicos, etc. Em 2002, a primeira vitória petista foi fortemente apoiada na mobilização popular. Em 2022, o sucesso do *combo* Lula-Alckmin deveu-se fortemente ao apoio do grande capital e do imperialismo.

Chegou-se às eleições sem qualquer mobilização do mundo do trabalho e da população, já que, como proposto, jamais se acenou a eles. O grande objetivo era vencer Jair Bolsonaro e a ameaça das hordas fascistas que se dizia sempre à espreita na esquina. A desmobilização geral e a pouca adesão à chapa petista era tamanha que ninguém poria o nariz na rua, no

caso de um ensaio golpista ou coisa semelhante. A ameaça não era a força do cambalacho direitista mas a extrema fraqueza das forças dispostas a enfrentá-lo.

O golpismo dos militares bolsonaristas foi proibido pelo Departamento de Estado estadunidense, por diversas razões. Primeiro, o desgosto com a aproximação de Jair Bolsonaro a Donald Trump e a Valadimir Putin. Segundo, o interesse no peso diplomático e econômico do Brasil, como trunfo na atual disputa internacional. Terceiro, o golpe do imperialismo estadunidense havia sido dado em 2016, e não queriam que ele fosse atrapalhado. Lula da Silva, reconhecido pelo empurrão dado ao seu cacareco eleitoral, apressou-se em pagar a conta com o tio Biden. Ninguém diria que ele fora um mal-agradecido. E começou a agradecer antes mesmo de pôr a mão no governo.

## Mesmo antes da posse

Em 16 de novembro de 2022, na 27ª Conferência do Clima da ONU, no Egito, falando já como futuro presidente, Lula da Silva defendeu importante pauta ianque: o fim do direito de veto dos membros permanentes no Conselho de Segurança da ONU. Ou seja, os vencedores da Segunda Guerra Mundial: USA, França, Inglaterra, China, Rússia. Cassando o direito de veto à China e à Rússia, o Conselho de Segurança, de decisões vinculantes a todos os membros da ONU, se transformaria em instrumento das ofensivas ianques contra a China, a Rússia, o Irã, a Venezuela, a Nicaragua, Cuba, etc.

Na ocasião, Lula propôs: “O mundo de hoje não é o mesmo de 1945. [sic] É preciso incluir mais países no Conselho de Segurança da ONU e acabar com o privilégio do veto”. Segundo ele, essa decisão resultaria em uma “efetiva promoção do equilíbrio e da paz”. Tudo ao contrário. O direito de veto das grandes nações fora instituído sobretudo para impedir confrontos diretos, congelando o conflito e o *status quo* internacional.

Em 5 de dezembro de 2022, Jake Sullivan, conselheiro de Segurança Nacional de Joe Biden, entrevistou-se com Lula em Brasília. Os temas centrais da reunião foram do interesse ianque: a direção pelo Brasil de eventual nova ocupação militar do Haiti, como na primeira administração petista, em 2002; a necessidade de “uma governança global”, o G-20, a Venezuela, a guerra na Ucrânia. A “governança global” defende instituições regulando a ação das nações, por sobre suas autonomias nacionais.

Em 12 de dezembro, no Twitter, Lula reafirmou o apoio a esse programa ianque. “Na América Latina, Europa e EUA, inimigos da democracia se organizam e se movimentam. O combate, portanto, precisa ser nas trincheiras da governança global, com tecnologias avançadas e uma legislação internacional mais dura e eficiente.” O Tribunal Penal Internacional de Haia é uma das instituições da “governança global”.

Fundado em 2002, em pleno mundo unipolar, essa instituição tem acusado, julgado e condenado, por “crimes contra a humanidade”, “crimes de guerra”, “genocídio”, etc. exclusivamente líderes que desagradam ou se opõem ao imperialismo e ao grande capital, entre eles, o líbio Muamar Gaddafi e o presidente da Iugoslávia Slobodan Milosevic, morto em situação suspeita durante seu julgamento.

Em 17 de março de 2023, o Tribunal Penal Internacional lançou ordem internacional de prisão contra Vladimir Putin, acusando-o de ter ordenado a “deportação” para a Rússia de crianças vivendo, nas áreas sob bombardeio no conflito na Ucrânia. *Mutatis mutandis*, a mesma acusação lançada, sobretudo pela Igreja, durante a Revolução Espanhola, de que as milhares de crianças levadas para escapar aos combates estavam sendo devoradas na URSS! O chanceler brasileiro Mauro Vieira, criatura parida na ditadura de 1964, dias após à ordem de prisão, declarou que o Brasil respeita e segue as decisões do Tribunal Penal Internacional, em claro apoio obliquo àquela injunção a serviço da propaganda dos EUA e da OTAN.

## Um golpe pelas costas

Também antes de subir a rampa, o ex-sindicalista subscreveu o golpe constitucional no Peru. Opôs-se, assim, à resistência dos presidentes da Bolívia, Argentina, Colômbia e México contra a ação golpista do imperialismo, no essencial idêntica à executada quando da deposição de Dilma Rousseff, em 2016. Ele propôs: “É sempre lamentável que um presidente eleito democraticamente tenha este destino, mas entendo que tudo foi submetido dentro da estrutura constitucional”. “O que o Peru e a América do Sul precisam neste momento é de diálogo, tolerância e convivência democrática [...]”. E concluiu dizendo: “Espero que a Presidenta Dina Boluarte tenha êxito em sua tarefa de reconciliar o país [...]”. Desde então, dezenas de peruanos foram mortos e milhares, feridos e presos.

Em 21 de dezembro de 2022, enfatizando a orientação pró-imperialista ianque da futura administração Lula-Alckmin, o *chanceler* Mauro Vieira declarou em entrevista que estava fora de discussão uma próxima visita de Lula à Cuba, à Venezuela e à Nicarágua, três nações sob a ofensiva permanente do imperialismo estadunidense. E, dito e feito, os presidentes Maduro, da Venezuela; Ortega, da Nicarágua e Miguel Díaz-Canel, de Cuba, devido à infecção antidemocrática de que eram acusados, não vieram à posse de Lula-Alckmin.

Em 9-11 de fevereiro de 2023, o então presidente Lula da Silva visitou os EUA, acompanhado, de Fernando Haddad e, entre outros, dos ministros e ministras identitários – Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial. Uma delegação pequena, que desembarcou nos Estados Unidos com imensas esperanças. Sobre essa viagem, falaremos a seguir.

## Virando a casaca

Em 23 de fevereiro, na sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU, a diplomacia brasileira apoiou a condenação da Rússia pela invasão da Ucrânia. O Brasil foi o único membro do BRICS a votar ao lado do imperialismo. Abandonava, assim, subitamente, a posição de neutralidade, sobre o conflito, expressada anteriormente por Lula da Silva. Em maio de 2022, em entrevista à *Time*, o então candidato à presidência propusera responsabilidade compartilhada de Volodymyr Zelensky e de Vladimir Putin pelo conflito. A mesma posição defendida, sob os olhos reprovadores da União Europeia, pelo papa argentino.

Entretanto, em 20 de janeiro, o Brasil negara a venda para a Alemanha de munição de antigos tanques Leopard-1, para ser enviada à Ucrânia, o que indicaria, caso a venda fosse efetivada, participação no esforço bélico da OTAN. E no dia 27 de fevereiro, permitira a ancoragem no Rio de Janeiro de dois navios de guerra iranianos, após negar a permissão durante a visita de Lula da Silva aos USA. O Brasil tem relações diplomáticas com o Irã onde compra grande quantidade de amônia, para a produção de adubos.

Em 2 de março, o Brasil consolidou sua posição anti-Rússia com videoconferência com Volodymyr Zelensky, quando Lula da Silva reafirmou a defesa da “integridade territorial da Ucrânia”, aceitou visitar Kiev, sem marcar data, falou de sua proposta de um “clube pela Paz”, com grandes nações como a China, os EUA, o Brasil, etc.

Em 3 de março, o bloco imperialista EUA promoveu, no Conselho de Direitos Humanos da ONU, ataque tendo, como a “bola da vez”, o governo e o regime da Nicarágua. O Brasil absteve-se de apoiar a moção ao reivindicar, sem ser atendido, que fosse redigida em linguagem mais branda, aberta ao diálogo. O que era impensável aos EUA que babam sangue, sonhando com uma “revolução colorida” na Nicarágua, sobretudo depois que Daniel Ortega retomou o projeto histórico de abrir um canal interoceânico, desse vez em parceria com a China.

## De olho no olho com Zelensky

Em 5 e 6 de março, solidarizando-se com o ataque geral da grande imprensa brasileira ao meio-tropeço do governo Lula-

Alckmin na adesão ao imperialismo, Alberto Cantalice, do diretório nacional do PT e presidente da Fundação Perseu Abramo, publicou, no Twitter, ataque chulo contra Nicarágua, Venezuela, Cuba, Rússia e seus presidentes. No dia seguinte, 7 de março, para que sua indecisão não fosse mal compreendida, a diplomacia brasileira apresentou à ONU sua preocupação com o regime ditatorial da Nicarágua.

O quase desprezo com que Lula da Silva e Janja foram recebidos, em 9-11 de fevereiro, em Washington, pela diplomacia e pelo casal presidencial anfitrião, não foi certamente a razão da guinada diplomática radical da diplomacia do governo brasileiro nas semanas seguintes. O fiasco foi enorme. A grande imprensa estadunidense praticamente ignorou a visita. Os salamaleques tradicionais dessas ocasiões foram reduzidos praticamente a colóquio Lula-Biden de uns quarenta minutos, com o cacique ianque adormecido e usando suas tradicionais colinhas para se lembrar onde estava, quem era a visita e o que devia dizer.

## Amenidades e nada mais

Durante a visita, foram reafirmadas apenas amenidades: boas relações bilaterais; apoio à democracia, aos direitos humanos, à luta contra a crise climática. Falou-se da “Cúpula pela Democracia” de Joe Biden. Foram enfatizados ritualisticamente: a luta contra a discriminação racial e étnica e contra a fome e a pobreza; o esforço pela paz e pela segurança internacionais. Reafirmou-se a necessidade de reforma do Conselho de Segurança da ONU, sem referência à questão dos vetos.

Foram lamentadas a “violação da integridade territorial da Ucrânia pela Rússia e a anexação de partes de seu território” e pediu-se “uma paz justa e duradoura”. Não houve reverência e muito menos adesão ao “clube da paz” lulista, iniciativa que desgostou o anfitrião. Ela foi acusada pelos EUA e nações associadas de desviar da Rússia as acusações como única responsável pelo conflito. Lula convidou Joe Biden para visitar o país. O que foi aceito, sem fixar data de uma visita que talvez jamais ocorra, nos próximos dois anos.

Em geral, fora exceções, os temas a serem tratados, os convênios a serem assinados, as grandes proclamações a serem anunciadas, etc. são decididos antes da viagem, através das respectivas chancelarias, para serem materializados durante o encontro presidencial. Certamente, muito logo, os EUA viram que o Brasil não firmaria e reafirmaria os compromissos e as declarações duras contra a Rússia e a China. Isso, em um contexto em que os Estados Unidos não se dispunham a entregar – ou simplesmente não mais podiam, como no passado –, o que lhes era pedido: empréstimos, parcerias tecnológicas, acordos comerciais, investimentos estruturais, crescimento do *import-export*, etc.

O resultado foi lógico. Lula da Silva foi recebido quase como um visitante indesejado. Não houve jantar de gala e sequer uma entrevista conjunta dos dois presidentes. E houve coisa ainda pior. Imperdoável. Foi cancelado o chá da senhora Biden com a Janja, sempre em crise de protagonismo. A desfeita intencional foi registrada na negativa de uma simples foto do casal ou, na pior das hipóteses, das duas primeira-damas. O prêmio de consolação foi a estranha foto da Janja entre os dois presidentes. Os Estados Unidos fizeram uma promessa tão miserável ao Fundo Amazônico que sequer foi citada na declaração final – 50 milhões de dólares.

## O mapa do tesouro

Muito logo, a diplomacia e o governo brasileiros passaram a seguir o mapa do tesouro. É difícil saber se, inicialmente, decidiu-se orientar a política diplomática brasileira em favor dos EUA, como sugere as primeiras ações antes e após a posse. E que se optou por uma inversão radical de rota, em favor da China, após a indiscutível sinalização ocorrida quando da visita de Lula-Janja a Washington. Ou seja, quando ficou claro que o grande *fratello* exigia muito e oferecia praticamente nada, a não ser o apoio político no Brasil. Uma reorientação que o enorme desembaraço, para não dizer falta

de tato diplomático, de Lula da Silva, transformou em um ataque direto aos EUA.

Em 27 de março, no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil votou com a Rússia e a China a favor de investigação da destruição do Nord Stream 2. É um segredo de Polichinelo que esse grave ataque terrorista, contra a Rússia e a Alemanha, foi uma decisão, se não execução direta, dos EUA. Em 7 de fevereiro de 2022, duas semanas antes de eclodir o conflito na Ucrânia, Joe Biden verbalizou diante do novo chanceler alemão que os Estados Unidos “poriam fim aos gasodutos Nord Stream 1 e 2”. “Prometo que seremos capaz de fazê-lo.” Em 29-30 de março de 2023, a diplomacia brasileira não assinou a declaração conclusiva, com várias referências contra a Rússia, da segunda edição da dita Cúpula da Democracia. Essa iniciativa, *on-line*, de Joe Biden, destinava-se a assinalar a direção pelos EUA de bloco internacional das nações ditas democráticas.

Em 9-10 de dezembro de 2021, a primeira Cúpula dera-se, já sem grande brilho, com a participação de Jair Bolsonaro, que anunciara o compromisso de seu governo com o “fortalecimento da democracia, promoção dos direitos humanos e combate à corrupção”. Nos dois eventos, não foram convidadas nenhuma das nações ou lideranças opostas ou pouco alinhadas aos EUA. O texto conclusivo rejeitado pela diplomacia brasileira propunha: “Exigimos que a Rússia retire imediatamente, completamente e incondicionalmente todas as suas tropas do território da Ucrânia [...]”. O Brasil defendeu que isso era tema para a ONU.

A Rússia exporta para o Brasil fertilizantes, óleo diesel e outros produtos. E ela conforma, com a China e a Índia, o tripé forte do BRICS. Precisamente onde se discutia a estratégica aprovação de Dilma Rousseff, como presidenta do poderoso banco daquela associação, responsável por importantes investimentos internacionais, muitos dos quais contratados pelo Brasil. Isso, quando o BRICS se vê assediado por pedidos de ingressos chegados de todos os lados, com destaque para a Arabia Saudita, a Argentina, a Argélia, o Irã e a Turquia. Ou seja, um G7 pra lá de vitaminado!

Era e é fundamental para a diplomacia do Brasil manter boas relações com a Federação Russa, a maior nação em território do mundo e, sobretudo, a “melhor amiga da China”. E, portanto, não tumultuar o Brics. Decisão que foi consolidada quando da visita, em 3 de abril, do Celso Amorim, conselheiro especial de Lula, a Moscou, onde foi prestigiado com um colóquio, de uma hora, com Vladimir Putin, que, além de se referir a temas variados, declarou a simpatia do seu governo com a proposta do “Clube da Paz” lulista, certamente pelas razões expostas pela diplomacia estadunidense.

Se a visita de Celso Amorim a Vladimir Putin foi um golpe duro à diplomacia e à retórica bélica estadunidense, Lula da Silva piorou tudo, ainda mais, em 6 de abril, ao propôs, sem-cerimônia, que, para se alcançar a paz, Zelensky não podia “querer tudo” de volta, que deveria ceder a Crimeia à Rússia, e que Vladimir Putin “não pode ficar” com a totalidade do que ocupou. Uma declaração que horrorizou a OTAN, os EUA, Zelensky e, certamente agradou a Putin e ao governo russo.

A política confusa e ideológica do governo e da diplomacia Jair Bolsonaro era pró-russa e anti-chinesa. Um reequilíbrio brasileiro do governo Lula-Alckmin em relação à Rússia seria já um ganho parcial dos EUA, que, entretanto, em geral, não se contentam com pouco e querem tudo, sobretudo em uma situação grave como a atual. Nesse sentido, o governo Lula da Silva começara bem, apesar de entortar na continuação. Mais graves são as consequências ainda difíceis de prever da forte reorientação da diplomacia brasileira em relação à China, com quem Jair Bolsonaro e suas crias quebravam os pratos a toda a hora, para a satisfação dos Estados Unidos. Um redirecionamento radical exacerbado pelos já referidos excessos verbais de Lula da Silva.

## Uma festa de arromba

A proposta era uma visita de Lula, à China, de arromba, em 23 de março, a ser concluída com fogos de artifícios em Pequim. Além de dezenas de políticos, que jamais perdem uma boquinha ou um passeio grátis, a comitiva contava com 240 empresários da indústria, do agronegócio, dos serviços. E seriam assinados contratos de compra-venda de aviões, de

barcos, de caminhões elétricos; facilidade para a exportação de novos produtos, satélites, etc. Lula passaria por Xangai, para assistir a posse de Dilma como presidenta do banco do BRICS, com direito a um salário mensal fabuloso. Vai forrar a guaiaca.

Uma pneumonia leve pôs água na fervura, obrigando a comitiva a seguir sem o *sinuelo* petista, com a transferência da partida de Lula para 11 de abril. Para alguns, a adesão plena do Brasil à Nova Rota da Seda seria a consagração do relançamento das relações do Brasil com a China. Celso Amorim, em entrevista, propusera não ver “razão” para o Brasil ficar fora do mega-projeto e concluiu, certamente esconjurando os seus temores, que isso não causaria “dano político” nas relações com os EUA. Em sentido contrário, Mauro Vieira, pró-estadunidense de carteirinha, desaconselhava uma adesão explícita.

O Brasil está ficando quase isolado na corrida latino-americana na adesão à Rota da Seda. Em torno de 150 países participam da iniciativa, que promove atualmente em torno de três mil projetos. A incorporação formal à Rota da Seda será, certamente, um golpe duríssimo ao governo estadunidense. Na administração Bolsonaro, ele enviou diversos missionários recomendando e exigindo que o Brasil dificultasse, até onde fosse o possível, o ingresso de capitais chineses no Brasil. Esse ataque escolheu como “Judas a ser malhado” a Huawei, gigante chinesa das telecomunicações, com destaque para a telefonia em 5G. Por longos meses, Washington manobrou para manter na prisão, no Canadá, em vias de extradição, para os USA, sob acusação fútil, Meng Wanzhou, diretora financeira e filha do fundador da Huawei.

## Um ato de guerra

Em fevereiro de 2023, acordo fechado entre os bancos centrais do Brasil e da China viabilizou que, já a partir de meados do presente ano, as transações comerciais entre as duas nações possam ser feitas em moedas nacionais. O que já foi acordado entre a Argentina e o Chile com a China. Atualmente, o Brasil é obrigado a adquirir dólares para comprar da China, por sua vez, obrigada a vender os dólares recebidos para convertê-los em yuan. Essas operações alavancam a circulação do dólar e rendem aos Estados Unidos taxas de transferência, o *swfit*.

Em regressão manufatureira, diplomática e mesmo militar, os EUA mantém ainda indiscutível hegemonia financeira sobre o mundo, apoiada no dólar como moeda de troca e de refúgio. O que permite ao governo ianque inundar o mundo imprimindo a moeda verde. E, o fazendo, compra quantidades fabulosas de mercadorias, serviços, etc. literalmente em troca de papel. Se o uso mundial do dólar recuar, os Estados Unidos literalmente derretem, sob uma inflação gigantesca, devido à perda do valor de sua moeda. E as nações determinantes no comércio internacional, como a China, a Índia, a Rússia, o Brasil, a Arábia Saudita, e por aí vai, estão desembarcando do dólar, em um movimento que apenas se inicia.

E essa iniciativa não se deve a uma militância anti-EUA, ainda que a China, a Rússia, o Irã, etc., para defenderem-se do ataque que sofrem, impulsionam esse movimento. O abandono relativo do dólar nasce primordialmente da procura das nações de se protegerem, por um lado, da exportação mundial da inflação devida à emissão desenfreada de dólares, e, por outro, das sequelas comerciais motivadas pelas sanções estadunidenses, que podem ser impostas a qualquer nação que comercie com o dólar, em qualquer momento.

## Padrão ouro

Nesse cenário, o BRICS discute a criação de uma moeda apoiada no ouro, o que aponta para um retorno, ainda que parcial, ao padrão-ouro, desmontado, em seu próprio favor, pelos USA, em 1944, parcialmente, e, em 1971, totalmente. E a China tem acelerado a venda das suas imensas reservas em títulos da dívida dos EUA, sobretudo após o início da guerra na Ucrânia. O que se deve, principalmente, ao temor de conflito com aquele país e o consequente congelamento de seus títulos da dívida ianque, e à desvalorização acelerada dos mesmos, com o atual aumento da taxa de juros para em torno de

5%.

Quando da posse de Dilma Rousseff como presidenta do Banco do BRICS, Lula da Silva referiu-se a esse abandono do dólar, afundando o dedo na ferida : “[...] por que todos os países estão obrigados a fazer seu comércio lastreado no dólar?”. “Nós precisamos ter uma moeda que transforme os países numa situação um pouco mais tranquila. Por que hoje um país precisa correr atrás de dólar para poder exportar, quando ele poderia exportar em sua própria moeda [...].” E reivindicou de Dilma Rousseff a criação de moeda para o comércio entre os membros do Brics. Uma quase declaração de guerra econômica aos EUA.

E, seguindo a trote-galope nas declarações anti-estadunidenses, não poupou os órgãos mundiais do exercício da hegemonia do grande capital, com destaque para o estadunidense: “Porque não cabe a um banco ficar asfixiando as economias dos países como está fazendo agora com a Argentina, o Fundo Monetário Internacional”. No Brasil, Fernando Haddad entrou no campo, procurando apaziguar os ânimos, ou se afastar dessas declarações, propondo que ocorrerá um longo tempo antes que as transações comerciais internacionais deixassem de ser feitas em dólar. Entrementes, em Xangai, em uma quase provocação, Lula da Silva e Janja visitaram departamento de pesquisas da Huawei, empresa proposta pelos Estados Unidos como braço civil da espionagem militar chinesa. O presidente brasileiro cobriu a empresa de elogios.

## Com os bolsos cheios e a alma lavada

Lula da Silva finalizou, em grande pompa, a visita à China com os bolsos cheios e a alma lavada. Retornou com diversos bilhões na mala e outros tantos projetos faraônicos discutidos. Ainda que não tenha sido, desta vez, o ingresso à Rota da Seda. Sobretudo, foi recebido, com tapete vermelho e quase familiaridade pelo protocolar Xi. E concluindo, antes de deixar o antigo Império do Centro, declarou, de supetão: “É preciso que os Estados Unidos parem de incentivar a guerra e comecem a falar em paz. É preciso que a União Europeia comece a falar em paz para a gente poder convencer o Putin e o Zelensky de que a paz interessa a todo mundo [...].”

A seguir, deixando o Xi sorrindo em Pequim, Lula da Silva viajou aos Emirados Árabes Unidos onde, no dia 15, obteve outros bilhões de dólares em negócios. E, retornando ao que já se transformara em hábito, declarou que a guerra fora decisão tomada por dois países, a Ucrânia e a Rússia. E agregou que, para pôr fim ao conflito, era necessário reunir, em seu clube pela paz, os países sem “envolvimento com a guerra”, proposta que deixa de fora, logicamente, os membros da OTAN. Mas, completando, lembrou que seria “preciso também conversar com os Estados Unidos e com a União Europeia”.

No dia 17, segunda-feira, concluindo esse *revival* anti-estadunidense, desembarcava no Brasil Serguei Lavrov, em giro latino-americano que compreendia visitas a Cuba, Venezuela e Nicarágua. O legendário ministro das relações exteriores da Rússia, após ser recebido pelo seu homólogo e pelo presidente, destacou as múltiplas posições similares entre os dois países e a simpatia para os esforços de paz do Brasil. Por sua vez, Mauro Vieira criticou as sanções contra a Rússia, propôs a necessidade de um cessar-fogo e solução negociada do conflito na Ucrânia.

## O império contra-ataca

Já no dia 17, foi duríssima a resposta da dita Casa Branca. John Kirby, em nome do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, em declaração sobre as posições de Lula da Silva e da diplomacia brasileira sobre a guerra da Ucrânia, expôs o inconsciente imperialista anglo-saxão, ao aproximar nosso país da denominação que conhecera, nos anos seguintes à dita descoberta, de Terra dos Papagaios. “Neste caso, o Brasil está a papaguear a propaganda russa e chinesa sem observar os factos em absoluto”.

Entretanto, o desgosto e as ameaças ianques chegaram por cominhos indiretos, através de declarações, em “off”, de

diplomatas e funcionários estadunidenses e, sobretudo, estampados nos seus porta-vozes oficiais brasileiros: a *Folha de S. Paulo*, o *Estado*, a *Globo*, etc. No domingo, 16 de abril, uma fonte diplomática estadunidense teria lembrado que, apesar de atacado pelo presente governo, seu país teria defendido “o sistema eleitoral brasileiro, as instituições democráticas, o resultado das eleições” e teria se posicionado contra os sucessos de 8 de janeiro, em Brasília. Deixando, assim, claro, que podem, eventualmente, desfazer o que fizeram.

Dois dias mais tarde, o editorial de *O Globo*, retomou, em forma clara, a ameaça subjacente a essa declaração informal. “Os últimos movimentos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação à guerra na Ucrânia demonstram não a neutralidade que ele e o Itamaraty afirmam manter em relação ao conflito, mas uma posição tacitamente favorável aos interesses da Rússia.” E o editorialista conclui, como uma ave de mau auguro. “O perigo de provocar os americanos e europeus é evidente: Lula arrisca levar um tombo.” Vaticínio que deve ter feito Geraldo Alckmin entrar em um semi-orgasmo.

## Briga de facão em quarto escuro

O atual coração produtivo do Brasil, a agro-indústria, depende do mercado internacional e necessita de imensos investimentos infra-estruturais. A dependência do país à locomotiva chinesa cresce dia a dia, enquanto os EUA retrocedem econômica e financeiramente, não apenas no Brasil. O reposicionamento internacional do Brasil se dá no fluxo dos acontecimentos internacionais, determinado pelas necessidades candentes dos capitais aqui investidos.

A opção estadunidense pelo governo Lula-Alckmin oferece a paz nas casernas, mas encerra o país no pântano econômico-social em que se encontra, que aponta para agravamento da crise econômico-social. Com, talvez, algo parecido a 2013. A opção chinesa enquadra, desde agora, o Brasil no fluxo da expansão internacional do capital e dos mercados, com os investimentos infraestruturais que também interessam a esse país, o maior importador de *commodities* brasileiras. Tudo no contexto da expansão do BRICS e de seu banco.

Entretanto, o conflito EUA-China se transfere, mais e mais, do campo econômico e financeiro para o militar. A ofensiva dos EUA e da OTAN na Ucrânia ataca a Rússia e, por tabela, a China, o inimigo principal. O cheiro de pólvora se espalha no estreito de Taiwan e no mar da China Meridional. A Ucrânia é uma batalha determinante, nessa guerra ainda travada em forma indireta entre os EUA e seus aliados e a China e a Rússia, e seus parceiros.

## Tendência dominante

O atual conflito na Ucrânia dificilmente terá outra solução do que uma derrota dos Estados Unidos ou da Rússia. Um empate, como na Coreia, é praticamente irrealizável, por, na prática, ser uma vitória russa. Atualmente, os Estados Unidos e a OTAN armam uma Ucrânia exangue com quase tudo que há do melhor. Apostam suas fichas na prometida ofensiva de Primavera, agora postergada para o Verão. Com ela, esperam assentar a mais ampla derrota possível à Rússia, obrigando-a a negociar, em desvantagem. O que humilharia e enfraqueceria Vladimir Putin e a seus aliados, com destaque para a China. A reconquista irrealizável da Crimeia constitui um mero exercício retórico.

A Rússia, ainda não tocada duramente nas suas reservas em homens, em armas e em recursos, espera derrotar a prometida ofensiva, pondo fim à guerra ou ao bloco das nações europeias, que já começam a descreer na possibilidade de vitória. Se isso não for possível, possivelmente levarão adiante um combate estacionário, defensivo, à espera das eleições presidenciais dos EUA. Para reelegerem-se, os democratas têm, necessariamente, que triunfar, na Ucrânia ou, eventualmente, estender o conflito. O que é um perigo.

Uma derrota da Rússia desorganizaria o avanço da maré anti-dólar que tem se acelerado nos dois últimos anos. Faria

regredir igualmente o movimento de autonomia nacional que se espraia através do mundo – Arábia Saudita, Irã, Brasil, etc. Se forem derrotados na Ucrânia, os USA serão obrigados a extremar a pressão sobre as nações aliadas e súcubas. Entre elas, certamente, o Brasil, com a já prometida eventual reversão da orientação dada, nos últimos tempos, à caserna que continua, monoliticamente, filo-ianque. E, nesse caso, a China estará terrivelmente distante.

## Brasil: nação neocolonial globalizada

A oposição anti-americana do atual governo, apesar de progressista, não constitui movimento anti-imperialista, ao contrário do proposto por analistas apressados. No frígir dos ovos, constitui o enfraquecimento dos laços de dependência com um imperialismo em regressão, que oferece quase nada ao capital ancorado no Brasil, em favor de um imperialismo dinâmico, em processo de construção econômica das amarras de dependência na ex-Terra do Pau-Brasil. Um imperialismo em expansão capaz de ampliar o *export-import* e os investimentos no Brasil. Trata-se de uma mera mudança de senhor, ainda com importantes decorrências econômicas e outras. Medida exigida pela natureza social-liberal do atual governo e, portanto, por sua negativa radical em lutar por uma reorganização social do país em favor dos trabalhadores, assalariados e da população nacional.

No frígir dos ovos, não há qualquer diferença entre um trabalhador brasileiro explorado pelo capital ianque ou chinês. O que não circunscreve, porém, o sentido amplo do conflito atual entre a Rússia e a China, de um lado, e os EUA e seus súcubos, de outro. E as decorrências de eventual reposicionamento internacional do Brasil. O caráter não anti-imperialista do governo Lula-Alckmin materializou-se em forma estonteante durante a estada nos Emirados Árabes Unidos.

Enquanto a comitiva preparava-se para partir, o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, do PT, assinou protocolo de investimentos, de dez anos, com o fundo financeiro de Abu Dhabi Mubadala, proprietário da refinaria Mataribe, vendida a preço de banana podre, no governo de Jair Bolsonaro, em 2021, que muitos incautos esperavam que seria reestatizada.

*\*Mário Maestri é historiador. Autor, entre outros livros, de O despertar do dragão: nascimento e consolidação do imperialismo chinês (1949-2021) (FCM Editora).*

**O site A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.  
Ajude-nos a manter esta ideia.**

**[Clique aqui e veja como](#)**